



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

16

178

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº: 0198456-3/01 - Recife

Recorrente: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Recorrido: Antonio Carlos Martins

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

EMENTA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO. ACIDENTE DE TRABALHO. PEDIDO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CONCESSÃO DO AUXÍLIO ACIDENTE. DEMONSTRADA A REDUÇÃO DA CAPACIDADE LABORATIVA. ALEGAÇÃO DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA. RECURSO DE AGRAVO. DECISÃO MANTIDA. POR UNANIMIDADE.

1. No dia 07/08/2002 o autor foi vítima de acidente de trabalho, quando o caminhão pertencente à empresa deu ré e bateu no container, que prensou o autor no poste, causando-lhe uma perfuração no abdome do lado esquerdo, acarretando-lhe a perda de um rim e o comprometimento da artéria.

2. O INSS reconheceu o nexo de causalidade, concedendo ao autor auxílio-doença e, verificando que o mesmo não poderia exercer a mesma atividade de antes (coletor), por exigir esforço físico demasiado, encaminhou-o para reabilitação profissional, tendo o autor sido reabilitado para a função de porteiro, retornando à empresa e passando a trabalhar como vigia até a presente data.

3. A conclusão do processo de reabilitação profissional (fls. 108 dos autos em apenso) atestou que o autor/agravado foi reabilitado para a função de agente de portaria, sendo encaminhado para treinamento na comunidade e obtido excelente aproveitamento, razão pela qual foi desligado do programa, o que denota que o acidente de trabalho resultou em redução da sua capacidade laborativa.

4. Por tudo que consta nos autos, verifica-se que o autor/agravado não se encontra totalmente incapacitado para o trabalho, no entanto, em decorrência das seqüelas apresentadas em virtude do acidente de trabalho, constata-se que houve redução na sua capacidade laborativa para exercer a mesma atividade de antes (coletor).

5. Sendo assim, demonstrada a redução da capacidade do autor/agravado para o exercício laboral que habitualmente exercia, tem-se como razoável a concessão do benefício do auxílio-acidente na forma da Lei nº 8.213/91, com as alterações implementadas pela Lei nº 9.032/95, ou seja, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário de contribuição, ressalvadas as prestações atingidas pela prescrição, ou seja, as parcelas devidas anteriores aos cinco anos da propositura da presente ação.

6. O fato de se decidir em favor do obreiro, porém diversamente do que foi pleiteado, não importa em julgamento *extra petita*, em face da relevância social da matéria, como

5532



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

179

vem decidindo as cortes superiores (REsp 541553/MG; REsp 541695/DF).
7. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do **Recurso de Agravo nº 0198456-3/01**, da Comarca de Recife, em que figuram, como Agravante, o **Instituto Nacional de Seguro Social** e, como agravado, **Antonio Carlos Martins**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso de Agravo em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 07 de fevereiro de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Sétima Câmara Cível

Recurso de Agravo nº: 0198456-3/01 - Recife

Recorrente: Instituto Nacional de Seguro Social - INSS

Recorrido: Antonio Carlos Martins

Relator: Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

RELATÓRIO

05

Trata-se de **Recurso de Agravo** interposto pelo **Instituto Nacional de Seguro Social** em face de **Antonio Carlos Martins**, impugnando decisão terminativa da lavra desta Relatoria, proferida nos autos do Recurso de Apelação nº 0198456-3, nos autos apensos.

A decisão questionada (fls. 150/155) negou seguimento ao Recurso de Apelação nº 0198456-3, dos autos em apenso, mantendo-se a sentença recorrida, com os novos fundamentos esposados.

Aduz, que a decisão recorrida afrontou o que dispõe o artigo 557, do CPC, devendo o recurso de apelação ter sido levado a julgamento pelo Colegiado, sob pena de ofensa ao princípio do amplo acesso ao Judiciário; que a decisão deve ser anulada, pois concedeu benefício diverso do requerido, incorrendo, portanto, em julgamento *extra petita*.

Requer, enfim, a reforma da decisão vergastada, porquanto restou provado nos autos que o autor/agravado não apresenta seqüela relacionada ao acidente sofrido, tendo plena capacidade laborativa.

Pugna, preliminarmente, pela reconsideração da decisão impugnada ou, caso assim não entenda, seja o presente recurso apresentado para apreciação da competente Câmara e, no mérito, que julgue procedente o recurso anteriormente intentado.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO

Senhores Desembargadores. Senhor Procurador de Justiça.

A decisão recorrida foi acostada às fls. 150/155 dos autos em apenso.

Mantenho a mesma persuasão que me norteou quando da prolação do *decisum* ora impugnado, quando da análise do Recurso de Apelação nº 0198456-3, nos autos em apenso.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

Consta na inicial que o autor/apelado exerceu a função de coletor na empresa ENTARPA AMBIENTAL S/A, estando na época a serviço da Qualix Serviços Ambientais Ltda, conforme cópia da CAT (fls. 09/12 dos autos em apenso) e do contrato de trabalho na CTPS (fls. 20).

Ocorre que no dia 07/08/2002 o autor foi vítima de acidente de trabalho, quando o caminhão pertencente à empresa deu ré e bateu no container, que prensou o autor no poste, causando-lhe uma perfuração no abdome do lado esquerdo, acarretando-lhe a perda de um rim e o comprometimento da artéria.

Em consequência, ficou afastado de suas atividades profissionais, percebendo auxílio doença acidentário (nº 131.462.421-8) por um determinado período, muito embora alegue o autor necessitar de cuidados médicos e hospitalares, devendo ser restabelecido o benefício previdenciário (auxílio-doença acidentário) para posteriormente ser concedida aposentadoria por invalidez, posto que é portador de incapacidade permanente.

O INSS, em sua contestação, confirmou a ocorrência do acidente de trabalho, informando que o autor recebeu o auxílio-doença acidentário no período de 22.08.2002 a 31.01.2005, no entanto, de acordo com o resultado dos laudos periciais acostados nos autos, requereu a improcedência do pedido.

Na sentença, o juízo de 1º grau atestou que o INSS reconheceu o nexo de causalidade, concedendo ao autor auxílio-doença e, reconhecendo que o mesmo não poderia exercer a mesma atividade de antes (coletor), por exigir esforço físico demasiado, encaminhou-o para reabilitação profissional, tendo o autor sido reabilitado para a função de porteiro, retornando à empresa e passando a trabalhar como vigia até a presente data.

O autor/apelado foi submetido a perícias médicas realizadas por perito oficial e assistente indicado pelo INSS. Passemos então a análise de cada um deles.

O laudo do perito oficial (fls. 62/63 dos autos em apenso), muito embora reconheça o nexo de causalidade e afirme que houve perda ou redução da sua capacidade de trabalho, concluiu que essa perda é temporária, encontrando-se o autor curado, não apresentando seqüela decorrente do acidente sofrido, tendo total e ampla capacidade laborativa.

O laudo do assistente indicado pelo INSS (fls. 64/65 dos autos em apenso) reconheceu o nexo de causalidade, afirmando que o autor é portador de nefrectomia esquerda pós traumatismo, todavia, que a referida seqüela não incapacita o autor a exercer a mesma atividade, não apresentando perda ou redução na sua capacidade laborativa.

Não foi indicado pelo autor médico assistente para realização de perícia.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

20
182

A sentença vergastada, considerando os fatos acima relatados e, ainda, com base nos laudos periciais acostados e o reconhecimento do próprio INSS do nexo de causalidade entre a atividade exercida pelo autor/apelado e as seqüelas apresentadas, quando concedeu administrativamente o auxílio-doença e, posteriormente, encaminhou o autor para programa de reabilitação profissional, concluiu pela procedência do pedido, condenando o INSS ao pagamento do auxílio-acidente no percentual de 50% mais abono anual.

Pretende o INSS, com base nos resultados dos laudos periciais acostados aos autos, ver reformada a sentença, vez que o autor/apelado não apresenta limitações funcionais relacionadas ao exercício de sua atividade.

Ora, examinando-se os laudos das perícias acostadas aos autos, observa-se que ambos reconhecem o nexo de causalidade entre o acidente ocorrido e as seqüelas apresentadas pelo autor/apelado (nefrectomia esquerda pós traumatismo), muito embora afirmem que das seqüelas apresentados não decorrem perda ou redução da capacidade laborativa.

Ocorre que o próprio INSS reconheceu que as seqüelas decorrentes do acidente de trabalho não permitem que o autor/apelado exerça sua atividade habitual (coletor) e, em vista disso, encaminhou-o ao programa de reabilitação profissional, indicado para as pessoas não mais habilitadas para o exercício de atividade anteriormente exercida.

Consta na conclusão do processo de reabilitação profissional (fls. 108 dos autos em apenso) que o autor/apelado foi reabilitado para a função de agente de portaria, sendo encaminhado para treinamento na comunidade e obtido excelente aproveitamento, razão pela qual foi desligado do programa, o que denota que o acidente de trabalho resultou em redução da sua capacidade laborativa.

Isto é o que se depreende da leitura dos dispositivos da Lei nº 8.213/91, *in verbis*:

Art. 62. O segurado em gozo de auxílio-doença, insusceptível de recuperação para sua atividade habitual, deverá submeter-se a processo de reabilitação profissional para o exercício de outra atividade. Não cessará o benefício até que seja dado como habilitado para o desempenho de nova atividade que lhe garanta a subsistência ou, quando considerado não-recuperável, for aposentado por invalidez.

Art. 89. A habilitação e a reabilitação profissional e social deverão proporcionar ao beneficiário incapacitado parcial ou totalmente para o trabalho, e às pessoas portadoras de deficiência, os meios para a (re)educação e de (re)adaptação profissional e social indicados para participar do mercado de trabalho e do contexto em que vive.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueiredo

21
183

Por tudo que consta nos autos, verifica-se que o autor/apelado não se encontra totalmente incapacitado para o trabalho, no entanto, em decorrência das seqüelas apresentadas em virtude do acidente de trabalho, constata-se que houve redução na sua capacidade laborativa para exercer a mesma atividade de antes (coletor), razão pela qual o mesmo foi encaminhado ao programa de reabilitação profissional (fls. 75/109).

A Lei nº 8.213/91, que trata sobre os benefícios da Previdência Social, com redação dada pela Lei nº 9.528/97, assim dispõe no artigo 86, *in verbis*:

"O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia."

Sendo assim, demonstrada a redução da capacidade do autor/apelado para o exercício laboral que habitualmente exercia, tem-se como razoável a concessão do benefício do auxílio-acidente na forma da Lei nº 8.213/91, com as alterações implementadas pela Lei nº 9.032/95, ou seja, no percentual de 50% (cinquenta por cento) sobre o salário de contribuição, ressalvadas as prestações atingidas pela prescrição, ou seja, as parcelas devidas anteriores aos cinco anos da propositura da presente ação.

Esse entendimento corrobora com o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça e desta Corte de Justiça, a exemplo dos julgados colacionados a seguir:

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO ACIDENTÁRIA. DISACUSIA. GRAU MÍNIMO. INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO CAUSAL. INAPLICABILIDADE DA SÚMULA Nº 44/STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7/STJ.

1. "A definição, em ato regulamentar, de grau mínimo de disacusia, não exclui, por si só, a concessão do benefício previdenciário." (Súmula do STJ, Enunciado nº 44).

2. **O auxílio-acidente é benefício previdenciário deferido ao segurado quando, consolidadas as lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia.** (grifos nossos)

3. O recurso especial, cuja pretensão se assenta em reexame de prova, tal como ocorre quando se pretende ver reconhecida a existência de nexo causal entre o infortúnio e a atividade desempenhada pelo segurado negada no acórdão recorrido, não merece conhecimento, à luz do enunciado nº 7 da Súmula desta Corte Superior de Justiça.

4. "Precedentes da Corte revelam que o 'juiz, sem dúvida alguma, não está vinculado às conclusões do laudo pericial; é-lhe lícito apreciar livremente a prova realizada nos autos (Cód. de Pr. Civil, arts. 436 e 131, primeira parte)'. O laudo pericial não é o único elemento de convicção do Juiz, que 'não está adstrito ao laudo pericial, podendo formar a sua convicção com outros elementos ou



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

22
184

atos provados nos autos (Art. 438, CPC)." (REsp 197.906/SP, Relator Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, In DJ 6/9/99).
5. Agravo regimental improvido.
(AgRg no Ag 584748 / SP 2004/0015110-9 Relator(a) Min. HAMILTON CARVALHIDO (1112) T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 16/12/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 04.04.2005 p. 365).

EMENTA: RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. ARTIGO 86 DA LEI Nº 8.213/91 EM SUA REDAÇÃO ORIGINAL. MAIOR ESFORÇO. POSSIBILIDADE DE CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. TERMO INICIAL. DATA DA CESSAÇÃO DO AUXÍLIO-DOENÇA.

1. "O auxílio-acidente será concedido, como indenização, ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia." (artigo 86 da Lei nº 8.213/91, com redação dada pela Lei nº 9.528/97).

2. Na concessão do benefício previdenciário, a lei a ser observada é a vigente ao tempo do fato que lhe determinou a incidência, da qual decorreu a sua juridicização e conseqüente produção do direito subjetivo à percepção do benefício. Precedentes da 3ª Seção.

3. Para se decidir a possibilidade de conceder auxílio-acidente com fundamento exclusivo na necessidade de maior esforço, em face do advento da Lei 9.528/97, que passou a exigir, para a concessão do auxílio-acidente, a efetiva redução na capacidade para o exercício da atividade que o segurado desempenhava antes do acidente, deve-se levar em consideração a lei vigente ao tempo do acidente. 4. Em sendo o tempo do acidente anterior à vigência da Lei nº 9.528/97, é de se reconhecer o direito à percepção do auxílio-acidente em face da necessidade de maior esforço para o exercício das atividades laborativas, incidindo a Lei nº 8.213/91, na sua redação original, por força do princípio tempus regit actum.

5. Em regra, "(...) o auxílio-acidente será devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença, independentemente de qualquer remuneração ou rendimento auferido pelo acidentado, vedada sua acumulação com qualquer aposentadoria." (artigo 86, parágrafo 2º, da Lei nº 8.213/91).

6. Nas hipóteses em que há concessão de auxílio-doença, o auxílio-acidente é devido a partir do dia seguinte ao da cessação do auxílio-doença.

7. Recurso improvido.

(REsp 537143 / RS 2003/0064775-3 Relator(a): Min. HAMILTON CARVALHIDO (1112) T6 - SEXTA TURMA Data do Julgamento 27/04/2004 Data da Publicação/Fonte DJ 28.06.2004 p. 432)

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. REEXAME NECESSÁRIO E APELAÇÃO CÍVEL. REDUÇÃO PERMANENTE DA CAPACIDADE LABORATIVA DO OBREIRO. CONCESSÃO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. DIVERGÊNCIA DE LAUDOS PERICIAIS. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO IN DUBIO PRO MISERO. REEXAME IMPROVIDO. APELO PREJUDICADO. DECISÃO UNÂNIME. 1. O auxílio-acidente será concedido ao segurado quando, após consolidação das lesões decorrentes de acidente de qualquer natureza, resultarem seqüelas que impliquem redução da capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, nos termos do art. 86 da Lei nº



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

23

185

8.213/91. 2. Hipótese que se amolda ao caso concreto. 3. Quando o aplicador do direito estiver diante de divergência entre os laudos periciais com referência à capacidade laborativa do trabalhador, deve fazer uso do princípio *in dubio pro misero*, aproveitando aquele que melhor lhe beneficie, em face de sua hipossuficiência em relação ao órgão previdenciário. 4. Conforme teor da Súmula nº 111 do STJ, os honorários advocatícios apenas incidem sobre as prestações vencidas. 5. Reexame improvido. 6. Apelo prejudicado. 7. Decisão unânime.

(Apelação Cível Acórdão 146489-9 Recife 0500093038 Relator Ricardo de Oliveira Paes Barreto Julgador 8ª Câmara Cível. 22/3/2007 14:00 Publicação 73)

O fato de se decidir em favor do obreiro, porém diversamente do que foi pleiteado, não importa em julgamento *extra petita*, em face da relevância social da matéria, como vem decidindo as cortes superiores, a teor dos julgados a seguir colacionados:

EMENTA: PREVIDENCIÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **AUXÍLIO-ACIDENTE. JULGAMENTO EXTRA PETITA. INEXISTÊNCIA.** FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL. APECIAÇÃO. COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. CORREÇÃO MONETÁRIA. TERMO INICIAL. VENCIMENTO DE CADA PARCELA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. É firme a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, tratando-se de benefício previdenciário decorrente de acidente de trabalho, embora tenha o autor pedido determinado benefício, não configura nulidade, por decisão *extra petita*, se o julgador, verificando o devido preenchimento dos requisitos legais, conceder outro, tendo em vista a relevância da questão social que envolve a matéria.

2. O Tribunal de origem, ao reconhecer o direito do recorrido à percepção do "auxílio-acidente", decidiu a controvérsia com base em fundamentos de ordem exclusivamente constitucional, cuja apreciação é inviável em sede de recurso especial, por ser da competência do Suprema Corte, nos termos do art. 102, III, da Constituição da República.

3. Em se tratando de benefícios previdenciários concedidos em julho, a correção monetária incide desde o vencimento de cada parcela, segundo os índices previstos na Lei 6.899/81 e legislação posterior, ainda que anteriores ao ajuizamento da ação.

4. Recurso especial conhecido e improvido.

(REsp 541553 / MG 2003/0066671-2 Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA (1128) T5 - QUINTA TURMA 20/11/2006 DJ 11/12/2006 p. 408)

EMENTA: PROCESSO CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. OMISSÃO. AUSÊNCIA. **PEDIDO DE AUXÍLIO-ACIDENTE. CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. JULGAMENTO EXTRA PETITA. NÃO OCORRÊNCIA.** DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA ENTRE AS HIPÓTESES CONFRONTADAS.

1. Não ocorre omissão, quando o Tribunal de origem decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu crivo



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

24
186

2. Em face da relevância social da matéria, é lícito ao juiz, de ofício, adequar a hipótese fática ao dispositivo legal pertinente à concessão de benefício previdenciário devido em razão de acidente de trabalho.

3. A divergência jurisprudencial não restou configurada ante a falta de similitude fática entre o acórdão recorrido e o paradigma trazido a confronto.

4. Recurso especial improvido.

(REsp 541695 / DF 2003/0085831-0 Ministro PAULO GALLOTTI (1115) T6 - SEXTA TURMA 21/10/2003 DJ 01/03/2004 p. 209)

Ante todo o exposto, não tendo as argumentações do recorrente infirmado os fundamentos da decisão proferida por esta Relatoria nos autos da Apelação Cível nº 0198456-3, meu voto é no sentido de **CONHECER** o presente recurso e no mérito pelo seu **NÃO PROVIMENTO**.

Recife, 27 de fevereiro de 2010.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator